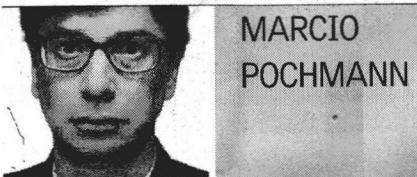


"O país não abre mão da CPMF nos próximos dois anos."

Alcides Tápias, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dizendo que a CPMF representa a entrada anual de R\$ 15 bilhões e será mantida, sexta, em SP

Economia - Brasil

A recuperação do Brasil metropolitano



MARCIO
POCHMANN

Apoiados em indicadores que dão visibilidade à recuperação da atividade econômica neste primeiro semestre do ano, alguns analistas se vangloriam com jaça. O otimismo seria tão acentuado que o cenário nacional estaria entre o melhor momento econômico de todo o período republicano ou diante do crescimento econômico sustentado sem paralelo recente. Períodos como a saída da Grande Depressão de 1929, o Plano de Metas de JK (1956/60) e o chamado "milagre econômico" (1967/73) ficariam esquecidos, frente às possibilidades identificadas no ciclo de recuperação, desde o final de 1999.

Mas seria isso tudo uma verdade? Ou, talvez, muito mais um desejo do que uma real possibilidade? Veja-se, por exemplo, o cenário da ocupação. Num



otimismo desvairado, uma importante autoridade governamental anunciou que o país elevaria o volume de ocupação deste ano em 1 milhão de novas vagas. Excelente, ainda que com isso, 500 mil brasileiros devessem se contentar com o desemprego, considerando que a cada ano 1,5 milhão de pessoas ingressam no mercado de trabalho.

Por ser a indústria o carro-chefe que estimula o maior uso da capacidade instalada, seus efeitos tendem a se concentrar nas regiões metropolitanas, responsáveis pela maior presença do setor in-

dustrial. Um terço do conjunto da população tende a estar exposta aos efeitos benéficos da recuperação econômica.

No Brasil não-metropolitano, correspondente ao interior do país, onde é menor a presença da indústria, os efeitos da redinamização econômica podem ser menores, pelo menos neste ano. Ao depender da situação agrícola, das transferências fiscais e do gasto público, as regiões não-metropolitanas — responsáveis por dois terços do total da população — ainda estarão submetidas ao cenário de baixa expansão econômica,

mesmo com algumas exceções.

Prevalecendo essa realidade, o comportamento do mercado de trabalho será ainda mais heterogêneo, pois os sinais de melhora, identificados pelos indicadores mensais (Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e Pesquisa de Emprego de Desemprego do Dieese/Seade), refletem a situação do trabalho no Brasil metropolitano e pouco do Brasil não-metropolitano. Neste último, a não existência de dados conjunturais pode fazer com que a sua situação seja compreendida, equivocadamente, como similar à das regiões metropolitanas.

Como 58% do desemprego nacional encontram-se nas áreas não-metropolitanas (Pnad/IBGE), a pequena melhora do mercado de trabalho metropolitano não pode ser compreendida como algo generalizado em todo o país. Nas regiões metropolitanas, que possuem as maiores taxas de desemprego (14% contra 8,3% no Brasil não-metropolitano, em 99), o peso relativo na desocupação nacional vem sendo reduzido nas últimas décadas. Em 99, representava um pouco mais de 42%, em 79, quase 47%.

Se as metas governamentais incluíssem o combate efetivo do desemprego, um choque distributivo lançado sobre tudo no Brasil não-metropolitano seria absolutamente fundamental. A recomposição imediata do salário mínimo, a elevação das pensões e aposentadorias da Previdência Social e os programas de gastos públicos poderiam ajudar a im-

A pequena melhora do mercado de trabalho metropolitano não pode ser compreendida como algo generalizado em todo o país

pedir o aprofundamento das desigualdades entre os Brasis metropolitanos e o não-metropolitano. Haveria pressão político-social para tanto?

Marcio Pochmann, doutor em economia, pesquisador do CESIT e professor do Instituto de Economia da Unicamp, escreve às segundas-feiras, quinzenalmente, neste espaço para o **Valor**. E-mail: pochmann@eco.unicamp.br